

Revisão da lei dos mananciais é bem vista

Debate promovido pelo Estado analisa futuro das bacias hidrográficas em São Paulo

CLAUDIO AUGUSTO

Em debate realizado no dia 31 na sede do Estado, representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil analisaram o anteprojeto de revisão da Lei de Proteção aos Mananciais que o governo estadual pretende ver aprovado na Assembleia Legislativa até o próximo ano. Com exceção do coordenador do movimento Billings — Eu te quero viva, Carlos Bocuhy, os debatedores concordaram com as linhas gerais da minuta: apostar mais na gestão para resolver os conflitos de interesse do que na proibição pura e simples da ocupação das áreas de mananciais. A dúvida é se, na prática, isso vai funcionar. Participaram do encontro o secretário estadual do Meio Ambiente, Fábio Feldmann; o secretário de Obras de São Bernardo, Paulo Guidetti; o deputado estadual Djalma Bom (PT), a coordenadora da Comissão de Revisão da Lei, Lúcia de Sena; e a urbanista Raquel Rolnik. A seguir, os principais trechos do debate:

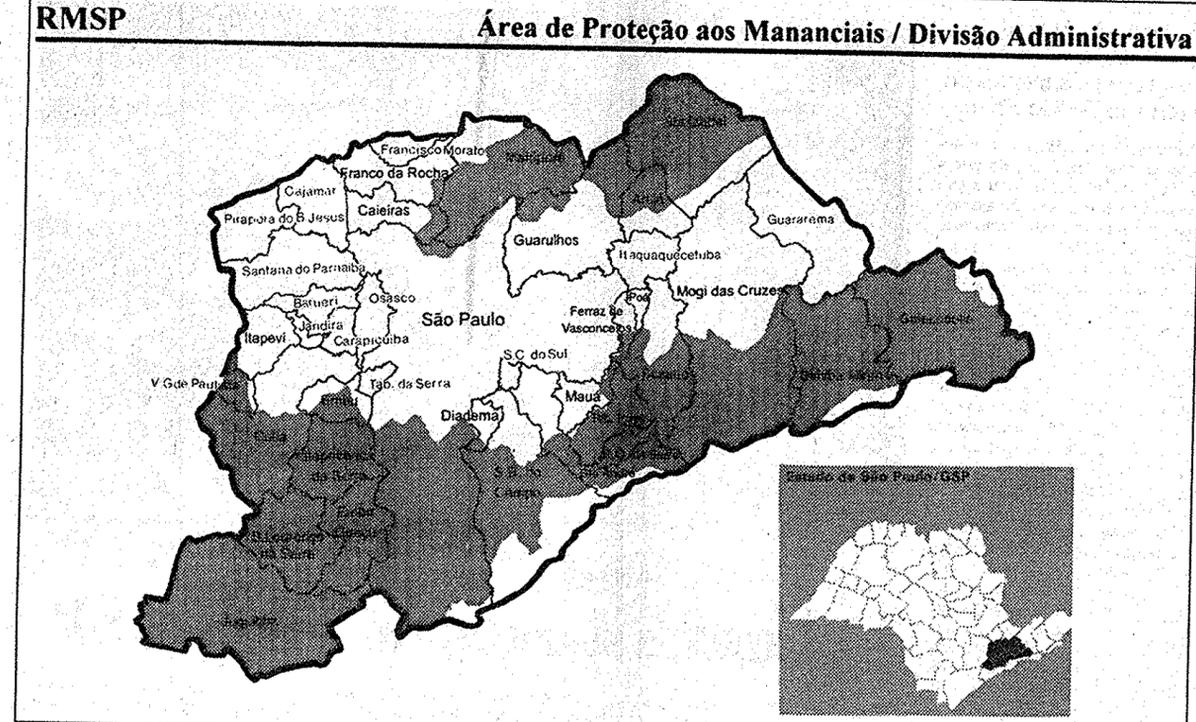
Fábio Feldmann — O anteprojeto de lei tem três princípios básicos: a gestão por bacia hidrográfica, a co-gestão dos recursos hídricos e a cobrança pelo uso de água. A minuta tenta recolocar a questão dos mananciais do Estado de São Paulo nesse contexto. Em nossa proposta, queremos que todos os atores sociais participem e assumam uma co-responsabilidade. Estamos abertos a quem achar que tem uma alternativa melhor.

Lúcia de Sena — Nós discutimos a respeito dos problemas que a legislação atual tinha e chegamos à necessidade de primeiramente ampliar a base territorial da legislação que está aí. Primeiro, partindo da região metropolitana, nós verificamos que a Lei 898 e a Lei 1.172 não tinham uma base territorial que desse conta efetivamente da proteção aos mananciais, inclusive os que garantem o abastecimento da região metropolitana. Temos o Cantareira, por exemplo, contribuindo com uma quantidade de água que corresponde hoje a 50% do abastecimento da Grande São Paulo.

Esse manancial está sem proteção na legislação atual. A proposta prevê uma lei geral, que estamos apresentando agora. Ela define procedimentos e diretrizes de uma maneira geral e prevê a aprovação de leis específicas para cada uma das áreas de proteção e recuperação, obedecendo às características de cada uma dessas áreas. A minuta prevê a substituição das infrações e penalidades da legislação atual por infrações e penalidades que são inclusive mais abrangentes em vários casos, o que propiciaria uma atuação da fiscalização mais efetiva.

Paulo Guidetti — Nós temos praticamente 60% do município dentro da área de proteção aos mananciais. Entendemos como altamente positiva essa proposta do Estado. O que precisamos entender um pouco melhor é essa forma de co-participação. É importante essa co-participação, desde que os mecanismos funcionem. O prefeito Walter Demarchi já propôs algumas medidas de caráter emergencial para preservação do manancial, que foram negadas pela Secretaria do Meio Ambiente. Uma das ações era fazer tratamento de esgotos por causa do comprometimento proveniente da ocupação. Existem medidas que nós temos de entender como urgentes para que o abastecimento não seja comprometido.

Raquel Rolnik — Eu queria tratar da questão sob outro ponto de vista. O que aconteceu efetivamente? Por que essas áreas de proteção aos mananciais na região metropolitana de São Paulo especificamente ficaram sob pressão, estão sob pressão e muitas delas acabaram sendo ocupadas clandestinamente da pior forma possível? A gente vai perceber que o motivo é a própria forma de estruturação da cidade, que teve o modelo de expansão para a periferia como o modelo predominante do uso e ocupação do solo. Toda a política em termos de legislação urbana que foi promulgada na cidade de São Paulo e em vários municípios da região metropolitana não só não fez absolutamente nada para combater esse modelo de expansão das perife-



Mapa das áreas de mananciais na Grande São Paulo: governo estadual espera que Assembleia Legislativa vote projeto até o ano que vem

rias, como reforçou isso tremendamente. Embora se tenha falado já desde a década de 70 que o eixo prioritário de expansão da cidade deveria ser o Leste, já que o Sul é mais frágil do ponto de vista ambiental, o que efetivamente aconteceu é que a maior parte das oportunidades de emprego, das oportunidades imobiliárias, das oportunidades econômicas da cidade se concentrou no centro-sudoeste da região metropolitana. Embora seja uma discussão muito difícil, eu acredito que é totalmente possível reverter o padrão de expansão periférica. Isso é absolutamente necessário na cidade de São Paulo para que a gente utilize melhor as áreas com infraestrutura. As atividades econômicas de menor renda também devem ser priorizadas. A gente tem de esquecer que existe uma boa técnica que seja capaz de resolver o conflito pelo uso da terra. É nesse sentido que os instrumentos de gestão são muito importantes, porque

na verdade a grande questão é como esses interesses se manifestam, que espaço eles têm para se manifestar, qual é o filtro que determina interesses mais legítimos ou menos legítimos do ponto de vista do interesse público e quais são os fóruns em que essas questões vão poder ser resolvidas. Então, acho que o projeto de lei que foi apresentado, assim como o projeto de lei que está em tramitação na Assembleia, acerta ao priorizar a questão da forma de gestão em detrimento de uma discussão eterna e estéril, que jamais vai chegar a um consenso, de um modelo rígido de ocupação. A questão no momento é encontrar uma forma de gestão democrática, mas que também seja ágil no sentido de responder aos problemas emergenciais. Acho que a gente tem de concentrar a nossa discussão nisso. Porque me parece que, na formulação do projeto de lei, há um nível de generalidade muito grande. Na verdade não dá para se pensar num processo de participação pública dos agentes em que haja 120 interlocutores sentados em volta de uma mesa para encaminhar um processo. É muito complicado. Em se tratando de região metropolitana, sabemos muito bem que não dá para colocar todos os municípios envolvidos na questão, quando os municípios têm pesos diferentes, populações diferentes envolvidas dentro da área.

Feldmann — A grande novidade da agência de bacia e do sistema de recursos hídricos é a cobrança pelo uso da água, que vai gerar um recurso que eventualmente permitirá ao Estado sair da posição passiva para uma posição ativa nas intervenções que ele pode fazer no sentido de induzir os usos que considera interessantes. O que eu acho que a Raquel colocou bem é o problema do Estado. O Estado, nessa lei de mananciais, pelo menos formalmente, deixa de intervir. As áreas ficam "congeladas", o Estado fica passivamente congelado, com uma fiscalização absolutamente precária, quando nós achamos que o ideal seria o Estado — entendendo Estado como governos municipais, governo estadual e até o governo federal — ter a capaci-



Feldmann: processo dinâmico



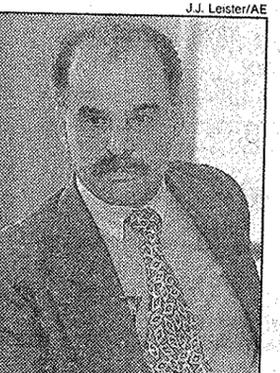
Lúcia: áreas de intervenção



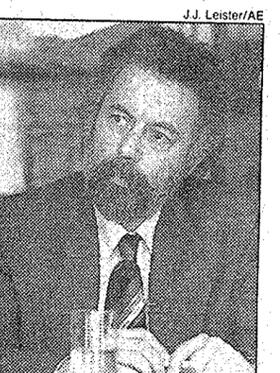
Guidetti: decisões urgentes



Raquel: reverter expansão de SP



Djalma Bom: críticas à minuta



Bocuhy: omissão do governo

dade de implantar os usos ou induzir a adoção dos usos que ele quer, e não deixar o vazio que na minha opinião ocorreu e permitiu a ocupação.

Djalma Bom — Eu queria dizer que tenho críticas de conteúdo e de forma à minuta do projeto do governo. A nossa crítica principal e funda-

SECRETÁRIO GARANTE ESTAR "ABERTO A ALTERNATIVAS"

mento é baseada numa questão de concepção. A minuta do projeto apresentada pelo Estado não trata como prioridade o interesse público quanto ao abastecimento de água para a região metropolitana. Enquanto queremos garantir a preservação dos mananciais para o abastecimento de água com qualidade e quantidade para a população da região metropolitana, o governo quer água para gerar energia, facilitando e criando condições para os futuros concessionários das usinas

hidrelétricas. Fazemos também uma crítica ao projeto do governo na questão da gestão. O princípio de gestão tripartite — Estado, municípios e sociedade civil — proposta pela minuta dá um peso muito menor para a sociedade civil. Deveria ser uma composição paritária entre o poder público e a sociedade civil. Dentro do projeto do governo, a sociedade civil entra em desvantagem nesse jogo. Automaticamente, o jogo começa com dois a um para os órgãos institucionais. Nós queremos que a sociedade civil participe não só no discurso.

Acho que a minuta do projeto deveria garantir a participação na gestão de uma forma paritária entre o poder institucional — o governo municipal e o governo do Estado como uma instituição só — e a sociedade civil, que tem de fiscalizar as ações do governo.

Carlos Bocuhy — Estamos ligados diretamente a essa questão próxima dos mananciais, acompanhando o passo a passo, por exemplo, no caso do município de São Bernardo do Campo, onde uma CPI dos mananciais cita 233 nomes envolvidos. A CPI está no Ministério Público hoje. Essas populações são usadas. A gente coloca o prefeito como refém da especulação imobiliária, já que ele tenta sempre expandir o município sobre as áreas de preservação ambiental. Concordo com o deputado quanto à participação paritária. Quando Estado e município são de um mesmo partido político, a composição é muito fácil. Por isso, a expansão metropolitana se dá de forma predatória em direção aos mananciais não só pelas pressões, como colocou a conceituada urbanista, mas também por indução. Em muitos casos, realmente existe um mapeamento anterior e as populações são induzidas à ocupação dessas áreas. Isso está retratado em inúmeros processos no Ministério Público.

Feldmann — Eu acho que há muita convergência entre o projeto do deputado Djalma Bom e o nosso. Com relação à questão colocada de privatização, acho que é um comentário impertinente e não tem evidência concreta de que isso esteja ocorrendo. É uma crítica, na minha opinião, altamente ideológica, em oposição a um processo mais amplo do governo que está realmente privatizando o setor energético. Com relação ao que se disse sobre nós não estarmos priorizando o abastecimento de água, o Artigo 1º da minuta diz o seguinte: "Esta lei estabelece normas para a proteção e recuperação de qualidade ambiental das bacias hidrográficas e dos mananciais de interesse regional, para abastecimento das populações atuais e futuras do Estado de São Paulo, assegurados, desde que compatíveis, os demais usos." O Artigo 1º da lei efetivamente prioriza o abastecimento de água. Com relação à questão da paridade, não acho que a realidade demonstre efetivamente que há necessariamente uma convergência entre a ação do governo do Estado e dos governos municipais. Tanto não há que o conflito neste caso particular é dado cotidianamente.

Estado — Por que o senhor não autoriza as ligações de luz e esgoto solicitadas por São Bernardo?

Feldmann — Aí, existe uma questão "interna corporis" de governo e de governos. Nós somos da opinião de que um dos fatores que dificultou muito a eficácia da lei atual foi a ação do poder público de maneira generalizada, que passou a instalar elementos de infra-estrutura urbanística: luz, água, telefone e transporte coletivo. Isso consolidou as ocupações. Neste governo, pela primeira vez na história da lei de mananciais, nós impedimos a instalação de luz e água. Há uma pressão enorme no sentido de regularizar essas áreas, exatamente porque há situações de determinadas ruas que têm luz até um determinado ponto e a partir dali não existe mais luz. Eu queria dizer que o sentido da pressão que une

do PT ao PFL é a mera regularização dos mananciais, é a legalização da situação dada. E o governo, para não partir para uma linha que não consideramos correta, ao invés de simplesmente mandar um projeto de lei de anistia, que é o que de fato "a sociedade local" quer, o governo rediscute e coloca para a sociedade a discussão em que ele pretende criar regras com a participação da sociedade para evitar o mero projeto de anistia.

Guidetti — Existem algumas coisas que têm de acontecer dentro de um contexto, dentro de um consenso. Pegando o próprio exemplo que o senhor usou, quando o senhor fala da ligação de luz, nós pagamos à Eletropaulo R\$ 1,2 milhão para execução de extensão de rede, só que por uma determinação da sua secretaria a Eletropaulo não instala e também não dá nenhum retorno ao município daquele investimento feito. A secretaria não aprova e a população acaba sofrendo um desgaste, um problema. Existem questões de habitabilidade que vamos ter de passar até a aplicação dessa nova lei e temos muita gente lá sofrendo.

Estado — O senhor está dizendo que a ocupação está consolidada e não oferecer infra-estrutura é uma alternativa pior?

Guidetti — É muito pior. A degradação do meio ambiente de uma forma não-racional é muito mais predatória do que autorizar, por exemplo, o tratamento do esgoto gerado. Com pequenas estações de tratamento, estariam preservando o manancial. Agora, ao não cuidar imediatamente disso, nós vamos só estar empurrando e agravando o problema. É o que tem acontecido durante esses dois anos.

Feldmann — Tem uma questão que eu acho importante. No Brasil, criou-se uma situação em que o próprio poder público aceita a lei que pega e a lei que não pega. Então o que nós estamos fazendo — e podemos ser criticados por isso — é cumprir o que a legislação dos mananciais determina. Com relação à prefeitura, eu quero dizer que de fato foi depositado R\$ 1,2 milhão. Até consultei a Eletropaulo. São Bernardo deve R\$ 9 milhões. Quando pagarem isso, a Eletropaulo descontará R\$ 1,2 milhão. Se há uma orientação de governo ou uma lei que determina que não se pode ocupar determinada área, a Eletropaulo não pode instalar luz elétrica.

Raquel — Ao se colocar na posição de um prefeito, a gente não pode esquecer que as pressões que o Executivo sofre não são só as pressões dos agentes econômicos de especulação imobiliária, mas são também as pressões do povo que quer ficar lá e não tem onde morar. Na verdade, a melhor solução para isso é a gente manter um sistema totalmente fechado e corporativo, uma lei totalmente técnica e deixar o campo aberto para todas as negociações políticas sem baliza. É bárbaro, você troca por voto uma coisa que é totalmente sem parâmetro.

Lúcia — Mas a proposta traz um conceito novo. É um conceito de recuperação que a legislação atual não coloca. Nós propusemos três grandes áreas. A primeira seria a área que corresponderia à área de preservação permanente, estabelecida hoje não só na primeira categoria da lei como no Código Florestal. Em segundo lugar, nós temos uma área de ocupação dirigida, que seriam áreas urbanas ou rurais com ações efetivas do governo no sentido de direcionar para usos compatíveis. Também é uma grande novidade da minuta. Em terceiro lugar, a área de recuperação, que é exatamente onde o secretário coloca que nós temos absoluta consciência da necessidade de intervenção do governo no sentido de saneamento.

Bocuhy — Com relação ao conflito entre Estado e município, ele é aparente. Porque o município continua se expandindo e o Estado faz de conta que não vê. O Estado não tem uma fiscalização eficiente. Então, na prática, esse conflito não existe. Ele só aparece na imprensa, mas do ponto de vista da degradação ambiental não existe esse conflito. A degradação continua. O Estado não está presente e não esteve presente até agora na questão dos mananciais. O Estado foi omissivo durante esses últimos 20 anos e as prefeituras também foram omissas. Talvez a própria sociedade tenha sido omissa. A preservação não foi priorizada.